

A TENDÊNCIA TECNICISTA NAS NOVAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Agatha da Rosa dos Santos ¹
Amábili Fraga ²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo expor e refletir acerca do caráter vinculado a Pedagogia Tecnicista das Novas políticas educacionais, tais como o Novo Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular e o Programa Residência Pedagógica que se vincula a essa base. A Pedagogia tecnicista para Saviani (1987) demonstra o que deve ser feito, como e quando será feito. Essa tendência é visível no escopo que esses documentos trazem, políticas que foram desenvolvidas de forma vertical, sem comunicação com os importantes intelectuais da educação, vinculadas a interesses do capital estrangeiro e se desvinculando de uma educação que permite o desenvolvimento dos sujeitos pautado numa educação cidadã, crítica e emancipadora.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Tendência Tecnicista, BNCC.

INTRODUÇÃO

Atualmente vivenciamos e sofremos todos os impactos da crise estrutural do capitalismo, devido às políticas neoliberais, isso se dá por conta de toda a complexidade das contradições internas desse sistema perverso. A perda de controle se instala cada vez mais por meio da lógica de uma acumulação indefinida, tem atingindo seus objetivos inseridos no escopo desse sistema, que se dá pelo esgotamento humano e do ecossistema. Baseado nisso, temos baixos salários para se obter lucros cada vez maiores, com a precarização do trabalho fundamentado no “Estado mínimo”, sem preocupação com o bem-estar social.

Somado a toda essa problemática, observamos a ascensão de uma frente conservadora neoliberal. É de grande inviabilidade para os neoliberais a inclusão social, pois esse sistema é pautado nas premissas da meritocracia, portando, neoliberais defendem a liberdade e não a democracia. Com isso, retira a responsabilidade do Estado de se realizar justiça social, pois nesse sistema, cada um é responsável por si, desresponsabilizando assim, as grandes elites.

¹Graduada em Geografia Licenciatura pela UDESC/FAED; Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação, PPGE, da UDESC/FAED, atualmente é doutoranda do mesmo programa. Vinculada ao LEPEGEO – Laboratório de Estudos e Pesquisas de Educação em Geografia. E-mail: agatharosasantos@gmail.com

² Graduada em Geografia Licenciatura pela UDESC/FAED; Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação, PPGE, da UDESC/FAED, atualmente é doutoranda do mesmo programa. Vinculada ao LEPEGEO – Laboratório de Estudos e Pesquisas de Educação em Geografia. E-mail: amabilifragaa@gmail.com

O discurso privatista da educação se pauta nos aspectos gerenciais reduzindo a educação a uma atividade empresarial que visa apenas o lucro sem a preocupação com a promoção social. Baseado na responsabilização por metas, com características gerencialista, trazendo uma gama de escolas disponíveis no mercado a partir da privatização do bem público, desfinanciando a escola pública, o que passa a ser uma grande ironia, pois há um meio termo entre público ou privado.

Uma das características profundamente sintomáticas dessa realidade, se dá no aprisionamento e a militarização da escola, que possui como base as questões explanadas anteriormente. Essa questão se identifica por uma política de padronização e alinhamento de conteúdos, um controle técnico do que se é ensinado e de que forma, tirando a essência da escola, que deveria ser um lugar de variabilidade e não se padronização, como tem sido feito. Como repercussão de todas essas questões, para os professores e professoras, temos uma desqualificação e desprofissionalização desse profissional, atingindo desde sua formação até a sua carreira.

A disseminação da educação híbrida, antes mesmo da situação atual (pandemia do COVID 19), os baixos salários, longas jornadas e a ausência de incentivos para a carreira docente e a progressão acadêmica. Com isso, temos também a crise dos sindicatos, devido aos projetos de reformas sociais neoliberais (trabalhista e previdenciário). A precarização da educação pública é aferida nos baixos rendimentos nos processos avaliativos e na diminuição da qualidade das instituições. Nesses últimos meses, essa realidade ficou evidenciada pela grande quantidade de estudantes e professores/as sem acesso à internet e a plataformas digitais dificultando o aprendizado e a atividade docente.

No Brasil, no cenário político, observamos uma ruptura do pacto de poderes, o aguçamento das desigualdades sociais e econômicas, cada vez mais aprofundadas e gerando impactos na educação. Antes do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, tínhamos um cenário de uma construção participativa das políticas educacionais, mesmo com críticas, tinha-se uma possibilidade de uma expressão coletiva para a construção dessas políticas. Com sua saída em 2016, observou-se o descumprimento de questões previstas na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, com medidas que atingiram diretamente o Conselho Nacional de Educação (CNE), que possui protagonismo na política nacional de educação, com diversas mudanças de conselheiros. Isso causa um enorme impacto no CNE, que deveria ser um órgão de Estado, e não um órgão de governo.

A Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, construída desde o governo Dilma, a despeito e resistência das associações científicas e entidades sindicais, com relação ao pouco diálogo para a construção da Base, tem uma piora muito significativa no governo Temer, não tendo de forma alguma possibilidade de diálogo. A aprovação da BNCC significa uma chave principal para um conjunto de políticas que perpassam, currículo, formação e gestão, sendo um epicentro para definir parâmetros.

Observa-se desde o governo FHC diversas orientações externas de diversos organismos internacionais, e desde a aprovação da base, temos a exacerbação de todos esses processos. Hoje, sentimos o impacto na formação de professores e professoras, a qual podemos observar com clareza como tudo isso foi construído.

Assim, há um ataque a um projeto e a uma concepção de formação docente, em substituição do Parecer 2/2015, para uma concepção gerencialista neoliberal. A BNC formação inicial e continuada também se mostra como uma política para o desenvolvimento do professor/a neotecnista, aplicacionista, norteadada por uma pedagogia de competências.

Se propõe nessa escrita trazer reflexões de como as novas políticas educacionais trazem a volta da tendência pedagógica tecnicista, principalmente quando analisamos os documentos legais, contextos de influências e que agentes estão por trás dessas construções. A seguir abordaremos as características dessa tendência e depois analisaremos as relações entre as novas políticas, por fim refletindo as consequências e perspectivas.

A tendência pedagógica tecnicista

Podemos dividir a educação segundo Saviani (1987) em duas teorias: as teorias não-críticas, na qual o tecnicismo se encontra, que é capaz de fazer uma intervenção da sociedade, promovendo a equalização, mas considerando apenas a ação educativa, estabelecendo então uma relação de dependência entre educação e sociedade, nos mostrando seu forte interesse de manutenção social. Já as teorias crítico-reprodutivista faz uma crítica ao modelo educacional, defendendo só ser possível entender a educação por meio se deus condicionantes social, mas a reproduz. É possível analisar essas duas teorias a partir do conceito de crítica, criticando um certo padrão pedagógico ou então a falta e a passividade de um pensamento crítico, como o tecnicismo (SAVIANI, 1987).

De acordo com Saviani (2013), o conceito "pedagogia tecnicista" sintetiza as ideias relacionadas à organização racional do trabalho. Posto isso, o tecnicismo é pautado fundamentalmente numa valorização da técnica e a reprodução sistematizada, por meio de capacidades e habilidades. Essa tendência pedagógica partiu do pressuposto de formar uma massa com mão de obra qualificada com o objetivo do desenvolvimento industrial. A técnica como base dessa tendência repercute numa formação social e cidadã em segundo plano.

Essa abordagem educacional se descreve principalmente as reformas na educação instituídas no período do Regime Militar no Brasil, sendo uma pedagogia oficial a partir da década de 1970 até meados de 1980, década que se inicia a redemocratização.

Para Saviani, o tecnicismo se caracteriza,

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advogou a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretendeu-se a objetivação do trabalho pedagógico. (1987, p. 15).

O tecnicismo então foi base para um projeto de construção de nação pautado da qualificação e capacidade técnica, importante até dado momento para a construção de uma maior autonomia econômica do Brasil. Porém, a ida dessas tendências para as escolas nos trouxe algumas problemáticas, essa estrutura pedagógica despreza as relações entre professor/a e estudantes, ou seja, a peça central das aulas é o repasse de conteúdos, a técnica é então muito valorizada.

Essa tendência pedagógica está pautada numa reprodução sistematizada ancorada em capacidades e habilidades. Essas políticas, pensadas pela burguesia, desfavorece a ascensão social da classe trabalhadora, porque justamente possui como objetivo uma formação de massa operária para serem disponibilizados nas grandes indústrias. Nessa teoria pedagógica Saviani (1987), defende que o importante não é de fato o ato de aprender, mas aprender a aprender, ou seja, aprender a fazer.

Segundo Luckesi (1999, p.55) “A tendência liberal tecnicista subordina a educação à sociedade, tendo como função a preparação de “recursos humanos” (mão-de-obra para a indústria)”, essa concepção nos deixa claro a perspectiva capitalista e também produtivista que essa tendência traz. Essa força de trabalho mais qualificada se relaciona estreitamente com as tecnologias e com a indústria, que ao mesmo tempo que criam oportunidades de emprego, por

outro lado estagna as classes, ou seja, podemos analisar em que a curto prazo não foi possível perceber nitidamente as consequências desse projeto de educação.

Para entender acerca do papel do professor e do estudante dentro da pedagogia tecnicista, Saviani (1987) explica que o elemento principal desse processo é a organização racional dos conteúdos, trazendo o protagonismo do aluno e do professor para segundo plano. O papel do/a professor/a e do estudante é de meros executores de um processo, quem traz a concepção, o planejamento, a coordenação da prática é de especialistas, que habilitação duvidosa, trazendo uma concepção neutra, objetiva e imparcial. Toda essa organização é feita para garantir uma certa eficiência. Essa característica é umas das grandes problemáticas das reformas que discutiremos a seguir.

BNCC, Novo Ensino Médio, Residência pedagógica e a volta do tecnicismo, o neotecnismo

Dentre as novas políticas educacionais do Brasil, uma das mais evidentes e desenvolvidoras de discussões e debates tem sido a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, que vem regendo as reformas posteriores. A base foi gestada num momento de muita turbulência política, iniciada em meados de 2015, momentos antes de decretado o Impeachment da ex presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016. A partir do golpe, podemos observar um movimento de estreitamento dos órgãos governamentais no que se diz respeito a uma construção participativa dos novos documentos. Essa questão pode ser observada por exemplo, a partir da demissão de conselheiros do CNE (Conselho Nacional de Educação), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que por consequência gerou uma elaboração menos participativa da base.

Na década de 1990 o Professor Luiz Carlos de Freitas já nos alertava para a volta do tecnicismo na educação brasileira, trazendo uma nova nomenclatura para essa realidade:

Em 1991, ainda no início do impacto das teorias neoliberais na educação, escrevi um texto para a 6ª. Conferência Brasileira de Educação onde alertava para a emergência de um neotecnismo como consequência daquela onda neoliberal que assolava a América Latina e a educação brasileira. (FREITAS, 1992;2014, p. 1087)

Entidades privadas e grupos internacionais foram um dos principais agentes de todo esse processo, fazendo uma referência principalmente à documentos de educação dos Estados Unidos. Sobre o contexto de influência da elaboração da BNCC,

Importa referir que o modelo proposto de currículo nacional incide nos modelos já assumidos pelos MEC, pelo MBNC tendo como referência o currículo da Austrália e as análises elaboradas pela The Curriculum Foundation (Reino Unido), Fundação ACARA (Austrália), Universidade de Yale (EUA). (CORRÊA e MORGADO, 2018, p.07).

Tendo em vista os contextos de influência para a elaboração da BNCC podemos observar a não conformidade com essas referências com a nossa realidade nacional. Isso evidencia os objetivos de criar a Base que fora implementada com força de política da Estado, ou seja, um documento mandatório que tem por objetivo novamente uma educação com base na formação técnica, para a organização de mão de obra direcionada ao mercado de trabalho.

A BNCC tem por uma de suas principais características um currículo pautado e competências e habilidades, o que nos remete de imediato à pedagogia tecnicista. Essa questão pode ser observada desde o seu texto introdutório que vem sendo considerado muito sucinto e técnico e até mesmo pelas longas características tabelas estipulando o que deve ser ensinado, como deve ser ensinado e que habilidades devem ser desenvolvidas.

Correia e Morgado (2018) explicam acerca da BNCC e a relação com o Novo Ensino Médio:

O documento contempla apenas duas etapas da Educação Básica, uma vez que o ensino médio sofreu uma reforma, alterando a sua estrutura por força da Medida Provisória nº 446, de 22 de setembro de 2016, posteriormente convertida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. (p.10)

O Novo Ensino Médio ainda mais sintomático que a própria BNCC nos revela também um caráter tecnicista. Instituído pela Lei 13.415/17 prevê uma formação técnica e profissional à nível médio, trazendo uma nova área do saber nomeada de “itinerários formativos” os quais possuem uma maior carga horária que as demais disciplinas. Com um *slogan* que defende a autonomia e flexibilidade do estudante, o novo ensino médio exige nessa reformulação uma escola tempo integral, que disponha de recursos para a garantia dessa proposta.

Importa refletirmos as atuais condições das escolas públicas do Brasil, uma grande parcela de estudantes trabalha em outras atividades em turnos contrários os das aulas. Quais então são os jovens do Ensino Médio que terão a oportunidade de frequentar quase que o dia inteiro as escolas? Podemos perceber que ao invés de soluções para os problemas educacionais do país, essa reforma trará novos desafios. Uma outra problemática pensada consiste em quem irá garantir um padrão de qualidade dessa proposta, equalizando as mesmas condições aos diferentes estudantes por todo o Brasil, que já se mostra desigual.

Os itinerários formativos, principal característica do currículo do novo ensino médio e que por si só já nos remete à tendência tecnicista, como destacado anteriormente, contará com um maior número de horas da carga horária do que as demais disciplinas. Isso mostra a importância e o destaque que essa nova área do conhecimento traz, pois sozinha já acumula mais horas que as demais áreas do conhecimento juntas.

O Novo Ensino Médio com as suas novas normas estabelecida, ainda que não esteja claro nos documentos uma referência à pedagogia tecnicista está carregada dessas características. A pedagogia tecnicista, focada numa organização pautada na produtividade dentro da instituição escolar através dos meios e dos recursos. Nessa tendência, há uma preocupação de se atingir os objetivos e para isso o uso da verificação por meio de provas para a mensuração de resultados, nos remetendo às avaliações de larga escala.

Vinculada à BNCC, tivemos como novidade nos últimos anos o Programa Residência Pedagógica (PRP), que, em um primeiro momento surgiu como uma alternativa de modernização do PIBID³, programa já instaurado a quase 15 anos que permite com que estudantes de licenciatura estejam dentro da realidade escolar durante a graduação, antes até dos estágios acadêmicos. Muitas foram as polêmicas envolvendo mais essa novidade, principalmente se referindo a um dos objetivos do PRP que visa auxiliar a implementação da BNCC nas escolas de educação básica e que isso de fato prejudicaria a qualidade e o real compromisso das licenciaturas. Ainda por fazer referência à residência médica, pelo nome e pela característica de ocorrer nos últimos anos dos cursos, e que de fato não há como se comparar um processo tão subjetivo que seria a formação docente para a formação médica que ainda que humana, se caracteriza por muita técnica.

Apesar das fragilidades do edital que implementa o PRP, que se iguala ao mesmo engessamento dos documentos da BNCC e do Novo Ensino Médio, o PRP assim como o PIBID é um programa com muito potencial para a formação docente, quando desvinculado a uma única função de implementação da base. E ainda, assim como o PIBID, financiados pelas Capes, estão em constante tensão quanto a insegurança do recebimento das bolsas, principalmente desde o golpe de 2016 e no governo atual, há uma permanente incerteza do cumprimento do edital. Desde o ano de 2018, já tivemos o desenvolvimento de três Editais do PRP, e é possível perceber melhorias e recuos de objetivos polêmicos, isso foi fruto dos debates e discussões

³ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, instaurado em 2007.

gerados por organizações e instituições. Desse modo, essa política pode ser desenvolvida cada vez mais de forma que contribua cada vez mais com o processo formativo dos licenciandos.

Algumas considerações: consequências e perspectivas

Nessa escrita, buscou-se apresentar as proximidades das novas políticas educacionais ao tecnicismo, característico na educação principalmente no período militar. Dentre as reformas e políticas analisadas brevemente, se trouxe a BNCC, o Novo Ensino Médio e o Programa Residência Pedagógica. Observa-se que pela especificidade da tendência tecnicista, é uma pedagogia que possui como consequências resultados explicitamente negativos principalmente ao trabalho docente, com pouca autonomia, engessado e secundário.

Com isso, a pedagogia tecnicista contribuiu para acelerar uma desordem na educação, gerando descontinuidade e fragmentação. A partir da BNCC e as políticas que a sucedeu, é importante estar ciente da forma com que essa base foi construída, como o processo se desenvolveu, em que realidade foi aprovada no que se diz respeito ao cenário político. É perceptível e muito estudado pelos intelectuais da educação, como a base é um currículo baseado na premissa de ser prescritiva, com uma centralidade nos conteúdos que posteriormente serão avaliados nacionalmente.

No que se refere ao novo ensino médio, há uma preocupação com sua propaganda de falsa autonomia dada ao estudante, que poderá escolher o itinerário formativo que deseja seguir, sem a segurança de que todas as escolas ofereceram mais de uma opção aos alunos. Outra preocupação se refere ao ENEM⁴, que cobra em suas questões conhecimentos das diversas áreas do ensino, até mesmo daquelas que foram substancialmente diminuídas cargas horárias no novo ensino médio.

Por fim, se tem a certeza que esse debate continuará, influenciado principalmente com as realidades políticas dos próximos governos. Com toda certeza, ainda muitas tensões serão criadas, novos debates e novos desafios surgirão e será preciso sempre uma análise das novas políticas na educação, para que encontráramos caminhos para sua melhoria.

⁴ Exame Nacional do Ensino Médio.

Referências

CORRÊA, Adriana.; MORGADO, José Carlos . A construção da BNCC no Brasil: tensões e desafios. **Revista UDESC**, v. 3, p. 8307-8319, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade [online]**. 2014, v. 35, n. 129

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores associados, 2013. P.347-398.

SILVA, Livia Sonalle Do Nascimento. O tecnicismo e as reformas educacionais no contexto da ditadura militar. **Anais II CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/16550>>. Acesso em: 07/11/2021 13:58